

DIAGNÓSTICO TÉCNICO-ANTROPOLÓGICO
TERRITÓRIO DO SALTO
BOM JESUS-PI

Teresina, 13 de agosto de 2019

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Eduardo Sousa' followed by a stylized flourish.

Consultor/Antropólogo

INTERPI
2019

DIAGNÓSTICO TÉCNICO-ANTROPOLÓGICO
TERRITÓRIO DO SALTO
BOM JESUS-PI

1. Chegando ao Território do Salto.

Entre os dias 12 e 19 de junho de 2019 por incumbência da Diretoria Fundiária do Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) eu, Edmundo Fonseca Machado Junior, na condição de Consultor/Antropólogo deste órgão, acompanhado pelo motorista Milton e pelo Agrimensor Eutímio Alves fomos deslocados da capital piauiense, Teresina, em direção ao Território das Comunidades do **Salto de baixo (I) e Salto de cima (II) – como os mais antigos moradores dessas terras gostam de denominar** - município de Bom Jesus-PI. Nosso objetivo foi dar início ao processo de regularização das terras ocupadas tradicionalmente por essas comunidades, que se autoreconhecem enquanto **Ribeirinhos-Brejeiros**.

Para tanto, realizamos a medição do perímetro pleiteado e indicado por representantes das comunidades identificando residências, **taperas** (antigas moradias), cemitério, currais, roças, ranchos, cursos d'água etc... Em paralelo, se desenvolveu a pesquisa etnográfica no intuito de captar e traduzir as esferas legais envolvidas no processo de regularização fundiária, a forma tradicional de organização social empreendida por estes comunitários, sendo a mesma afetada pelo avanço desenfreado do Agronegócio – **MATOIPIBA**¹ - na parte sul do Estado do Piauí.

Para chegarmos ao **Território do Salto** precisamos da ajuda dos **nativos**. Em contato com a Presidenta da Associação **de pequenos produtores rurais das comunidades de Salto I e II, Regina** (Reginalda), a mesma delegou a sua irmã **Pedrina** nos orientar até o território. Marcamos em Bom Jesus-PI, num posto de gasolina bem na entrada da cidade. Eu havia conversado com Pedrina no Território das Melancias, em ocasião da formulação do Coletivo das Comunidades Tradicionais do Cerrado piauiense

¹ Denominada nova fronteira de expansão agrícola, compondo a região denominada de MATOIPIBA, que compreende o oeste da Bahia, o sul do Maranhão, o sul e o sudoeste do Piauí e o norte de Tocantins.

afetadas pelo Agronegócio, o que não foi difícil identificá-la logo que se aproximou. Da sede até o Território do Salto percorremos cerca de 150 Km pela BR 135 até alcançamos o acesso que nos leva a **Serra do Quilombo**.

Em direção a parte mais íngreme da Serra até descermos e alcançarmos as **Terras de Chapadas ou Baixões**, as margens do **Rio Uruçuí Preto** e suas **Veredas**, onde residem os comunitários é impressionante a visão dos grandes latifúndios de soja, milho e algodão e seus imponentes maquinários, símbolos de um Brasil agrário e capitalista.

Nesse trajeto consegui contar cerca de 25 fazendas (**Santa Clara, Santa Rita, São Matheus, Paineira, Rio de Areia, Renascer, Santana, 3 Irmãos, Alvorada, Santa Isabel, Estrela, Novo Horizonte, Colorado etc...**) que ocupam o platô da Serra do Quilombo. Outra Visão impactante são os enormes **cilos** e **bags** que armazenam as safras de grãos, propriedade dos grupos **CHS** e **SLC**. Aqui caberia apurar quantas dessas fazendas mantem relações de que tipos com estes grupos empresariais, sob a luz da legislação brasileira que regula e limita a comercialização de terras a investidores estrangeiros ou de capital transnacional.



BR 135, acesso a Serra do Quilombo - Empresas Agrícolas CHS e SLC.

Em determinado ponto Pedrina nos indica o caminho que nos leva a comunidade de Barra do Correntinho (Território dos indígenas Gamela) e o Assentamento Rio Preto, (antiga comunidades do Sucruíú), este que faz fronteira com o Território do Salto. Iniciamos uma descida sinuosa por entre rochedos e morros que apresentam a geografia exuberante do cerrado piauiense. Não demora muito e o som de uma pequena queda d'água escondida atrás da mata denuncia o local como propício a subsistência. Uma pequena ponte para passagem de automóveis sobre um **Brejo**, ecossistema que nomeia sua **identidade**, é o marco natural que demarca o início do Território do Salto.



Acesso Território do Salto.

Na Comunidade do Salto I (ou de baixo) fomos recebidos gentilmente por Regina e suas três filhas, duas sobrinhas moradoras do Barra do Correntinho que se encontravam temporariamente sob sua tutela e sua neta de alguns meses. A residência de Regina tornou-se a nossa base e local de descanso durante toda o tempo da pesquisa de campo (8 dias). Dormíamos em redes, do lado de fora ou quando o vento era frio demais no cerrado, dentro da cozinha, no calor da madeira ainda em brasa no fogão de adobe. Pude observar por diversas vezes seu ritual matinal de alimentar patos, galinhas, porcos, cachorros e

buscar água rio **Uruçuí Preto** para cozinhar, lavar a louça e saciar a sede. Fazia isso numa velocidade incrível estando do começo ao fim presente nas andanças que fizemos por seu Território, ao mesmo tempo que ia nos apresentando aos demais comunitários.

Passei a explicar a Regina o propósito de nossa presença no Território e como seria desenvolvido os trabalhos. O planejamento foi percorrer a área pleiteada pelas comunidades do Salto I (ou de baixo) e Salto II (ou de cima) realizando a marcação dos pontos por GPS na companhia do Agrimensor. Feito isso passaríamos a realizar as entrevistas registrando a memória e as narrativas dos comunitários sobre 1. o histórico de ocupação e uso do território; 2. seu consequente processo de expropriação; 3. relações de parentesco. 4. modos de viver, saber e fazer tradicionais; 5. danos ambientais.



Festejo a Santo Antônio

Por sua vez, nossa chegada coincidiu com o festejo a Santo Antônio realizado todos os anos no dia 13 de julho, na residência do Sr. **Esdras (Vicentin)** e **Dona Celestina** os moradores mais antigos do Território do Salto II (ou de cima). A religiosidade nesse contexto nos impôs a necessidade de respeitar e compreender o **tempo** das comunidades. Tomei isso, como um bom presságio, tanto para o andamento do estudo quanto para as comunidades no tocante ao seu processo de regularização fundiária, além de meio de interagir e conversar com um número considerável de pessoas tentando compreender como estes comunitários constroem seu **território coletivo**.

Ali no Salto II (ou de cima, grifo meu), que é um festejo antigo como ela disse (Celestina, grifo meu) que era da mãe dela (Juliana Maria da Conceição, nascida em 1919, grifo meu). Lá no Salto I (ou de cima, grifo meu) a devoção é a São Jorge, essa tradição vem de gerência e gerência. Porque eu conheci minha avó (Luiza Batista dos Santos ou do Espírito Santo, grifo meu) que tem o São José e o filho dela (Adir, grifo meu) que está com o Santo. A gente conheceu ela rezando. A gente conheceu aqui outras pessoas tirando Esmola também. No meio de toda a confusão, a gente fez a promessa a São

Jorge, a gente se apegou a ele. Se a gente conseguisse voltar para o nosso território a gente ia festejar ele todo dia 23 de abril de cada ano. E não é só nós aqui que é assim não, é toda a comunidade no vão do Uruçuí Preto (Regina, moradora da comunidade de Salto I ou de baixo).

2. Território: conflitos agrários e narrativas sobre grilagem.

A memória sobre a ocupação do Território do Salto é a simbiose entre a **“velha história que nós conhece aqui de nosso território, é a história dessa sesmaria”** - e os **conflitos agrários** que se desencadearam a partir do ano de 2007. Dona Dionísia e seu irmão Adir, (mãe e tio de Regina, nossa anfitriã e Presidenta da Associação), os **mais velhos** rememoraram através de suas lembranças, as ocasiões em que sua mãe, Luiza Batista dos Santos falava, que seus bisavós maternos Manoel Pereira de Oliveira, o **Damásio** e Salverina Alves, a **Jovina** eram possuidores de um **documento de posse** que os comunitários classificam como **sesmaria**² – **da casa dos caboclos à cerca de pedras**³, é a expressão usada pelos **Ribeirinhos-Brejeiros** dessa comunidade para descrever a dimensão e os limites de suas terras tradicionalmente ocupadas.

Um tal de Eliziário veio aqui e vendeu para Dom José Vasco, lá de Bom Jesus. Foi quem ficou com o documento da sesmaria, do Manoel Pereira de Oliveira, o Damásio (bisavô materno de Dona Dionísia, grifo meu), e daí para cá tem trazido roubo de terras. Então, o Dom José vendeu para Antônio Braga no Ceará. Antônio Braga vendeu para Ferusso. Quem tem o documento é Romeu, pai de Fábio Novo. Eles pegaram o documento com o Marcos Rogério (pai adotivo da mãe de Dona Dionísia, Luíza Batista dos Santos ou do Espírito Santo, grifo meu) – (Adir e Dionísia, moradores do Salto I ou de baixo).

A marca está lá, em duas pontas. Ela era ferrada na casa dos caboclos e na cerca de pedras. Eles tiraram as marcas derrubaram as árvores no machado.

² Ver, MACHADO, PAULO (2002:22-39). **As Trilhas da Morte: Extermínio e Espoliação das Nações Indígenas na Região da Bacia Hidrográfica Parnaibana Piauiense.** É que nas regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do território que seria posteriormente a Capitania do Piauí a frequência de concessões e confirmações de sesmarias foi bem menos expressiva que no Norte e Centro Leste. Por essa razão, na extensa área do território piauiense definida pelo limite do rio Canindé, acima deste, em direção as escarpas da encosta boreal da Serra da Tabatinga, onde estão as nascentes do rio Parnaíba, e por todas as extensões dos vales dos rios Mucaítá, Itaueira, Piauí, Fidalgo, Gurguéia, Uruçuí Preto, Curimatá, Paraim e Uruçuí Vermelho, estão efetivamente localizadas as terras públicas devolutas estaduais. Essas são os bolsões de terras existentes entre os polígonos das poucas sesmarias concedidas e confirmadas pelo Estado Português aos sucessores dos possuidores-primitivos, até o ano de 1822 quando foram suspensas as concessões de sesmarias.

³ Ver, MACHADO, PAULO (2002:22-39). **As Trilhas da Morte: Extermínio e Espoliação das Nações Indígenas na Região da Bacia Hidrográfica Parnaibana Piauiense.** A fazenda-criatório, instalada para criação e engorda de bois e cavalos, possui estrutura simples, planejada que foi a partir da construção dos currais (cerca) de pedras. Esses construtores de currais de pedra exerceram a posse e o uso fáticos de grandes extensões de terra próprias para atividade pecuária e sobre as águas superficiais. Posteriormente seus sucessores requereram, através de petições aos governadores-gerais das Capitânicas, as concessões e confirmações de sesmarias, procedimentos através dos quais legalizaram suas posses e passaram da condição de possuidores para sesmeiros, ou seja, proprietários dos latifúndios.

Era uma marca num pé de marinho e outra marca no pé de sucupira branco. Meu tio Adir (irmão de Dona Dionísia, grifo meu) contava que minha avó, Luíza Batista, que essa marca existia na sesmaria, naqueles documentos velho, antigo. Ela ia pagar essa sesmaria em Parnaguá. Depois que meu pai de criação morreu (Marcos Rogério, grifo meu) foi que eles se apossaram aqui dentro. (Regina e Dionísia, moradoras do Salto I ou de baixo).



Cerca de Pedras ou Trincheiras⁴.

Como meio de complementar o Diagnóstico e torná-lo uma peça técnica ainda mais inteligível ao campo da legalidade sugiro, que o INTERPI oficie através de sua Diretoria Fundiária cartórios, arquivos públicos, arquivos eclesiásticos (em Bom Jesus-PI, Monte Alegre-PI e Gilbués-PI) e também privados se existirem, solicitando acesso

⁴ Ver, IBGE (1939:79). **Monografias Estatístico-Descritivas Municipais, Piauí.** Os **bandoleiros** que infestaram o norte do Piauí chegaram a atear a chama revolucionária à vila, aderindo ao movimento sedicioso, **a família Aguiar**. Para a **repressão do banditismo**, o Presidente da Província nomeou o Major José de Sousa Martins que conseguiu muitas vitórias, tanto em **território piauiense como maranhense**. Os rebeldes, entretanto, não desanimaram, redobram de esforços, baixaram proclamações e os adeptos se não fizeram esperar, correndo ao encontro dos facciosos. Assim é que se **entrincheiraram, no dia 11 de março de 1840, nas margens do rio Gurguéia, nas vizinhanças da vila de Parnaguá, travando violento combate com as forças de José Martins, que saiu vencedor**. Como que desvanecidos, no dia seguinte, em número de 300, procuraram deixar as armas, apresentando condições de paz, que foram repelidas. Aos avanços e recuos constantes, foi a situação em que a anistia veio encontrar os revoltosos de Parnaguá.

aos documentos e registros de terras, seguindo o rastro dos indícios apontados no discurso dos comunitários do Salto I (ou de baixo), quando tratam dos temas **ocupação e expropriação de terras**.

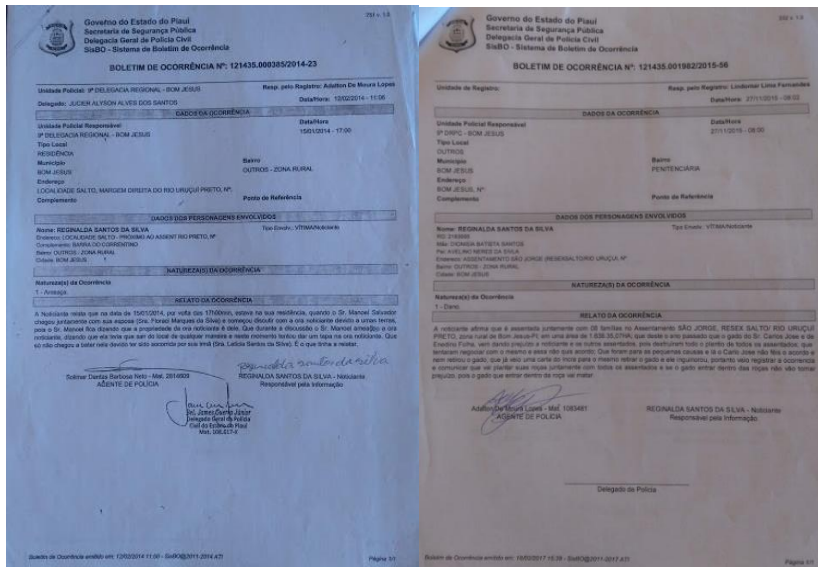
Por sua vez, essas lembranças do passado se misturam as lembranças de Regina (filha de Dionísia) ao descrever o terrível evento da queima de casas no ano de 2007 e repetido em 2011 com o objetivo de expulsá-los da área. Resistindo retornaram ao território. O algoz atendia pelo nome de **Antônio Martins**, o **Tonhão**. Por meio de uma ação de interdito proibitório movida contra os comunitários pela esposa de Tonhão, **Rejane Marcelo(a) Ferreira do Nascimento**, que afirmava ser proprietária da área, medida que definitivamente os impediu de permanecer no Salto. Por dois longos anos os comunitários estiveram desterritorializados abrigando-se nas casas de parentes em Barra do Correntinho-PI ou Bom Jesus-PI. Isso só viria a mudar com a intervenção da CPT (Comissão Pastoral da Terra) no ano de 2012 como relata Regina.

Foi quando a gente conheceu Altamiram da CPT. A gente contou nossa história a ele e aí a gente foi ele nos apoiou no cartório de Bom Jesus. Levantou o processo da gente e aí fomos lutando. Quando chegou em 2013 nós conseguimos a mando da CPT retornar para o Salto. Depois disso que o nosso processo chegou na mão do Juiz da Vara Agrária (Heliomar Rios Ferreira, grifo meu). Ele veio no Salto fez vistoria e nos apoiou e vem nos apoiando (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).

Contudo, dois anos de paz apenas e Regina registrava o primeiro boletim de ocorrência por ameaça na delegacia de Bom Jesus-PI. No ano de 2014, **Manoel Salvador** e sua esposa **Floraci Marques da Silva** afirmavam ser donos do Salto I (ou de baixo) e que os comunitários teriam que deixar a área o mais rápido possível. No ano seguinte, 2015, foram três boletins de ocorrência registrados por Regina. O primeiro caracterizado como dano relata que o gado dos criadores **Carlos José e Enedino Folha** estavam dando prejuízos aos comunitários, pois os animais se alimentavam e destruíam o plantio de roças, que tentaram negociar com os mesmos, mais não houve acordo entre as partes, nem também a retirada do gado.

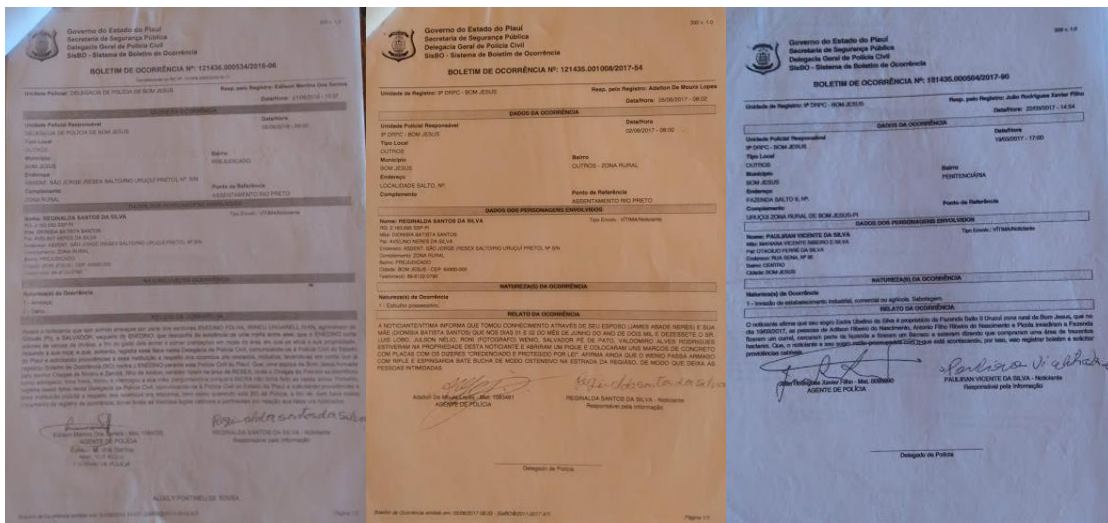
O segundo boletim de ocorrência registrado em 2015 caracterizado como ameaça, invasão e porte ilegal de arma de fogo relata, a invasão da área por **Domingos Alves Rodrigues, Manoel Salvador Alves e mais três pessoas que eram seus funcionários**, ostentando armas e ameaçando os comunitários de morte. Neste mesmo ano Regina registra o terceiro boletim de ocorrência, por conta de nova invasão. Atendendo pelos nomes de **Jacó e José dos Santos**, eles tiraram pontos de GPS e fizeram uma picada e

marcas em árvores. Segundo Regina, estes indivíduos já eram acostumados a invadir e vender terras na região.



Boletim de ocorrência, 2015.

Em 2016 outro boletim de ocorrência foi registrado por Regina caracterizado como ameaça e dano cometidos novamente por **Enedino Folha**, na companhia de **Irineu Ungarelli, Ivan** e o **vaqueiro Salvador**. Eles cortaram os arames de currais de divisa a fim de seu gado entrar e comer as plantações de roças dos comunitários. Relatou Regina na ocasião que se tratava de uma máfia, uma espécie de acordo entre esses indivíduos especializados em invadir e comercializar terras usando essa estratégia.



Boletim de ocorrência, 2016.

No ano de 2017 mais dois boletins de ocorrência foram registrados. Um por **Pauliran Vicente da Silva**, caracterizado como invasão de estabelecimento agrícola, relatando sobre a preocupação de seu sogro, **Esdras Umbilino da Silva**, proprietário das terras que constituem o Salto II (ou de cima), sobre a invasão da área feita por **Adilson Ribeiro do Nascimento, Antônio Filho do Nascimento e Picola**. Estes construíram um curral e fizeram um barraco e comentavam que comerciariam uma área de trezentos hectares.

O segundo boletim de ocorrência foi registrado novamente por Regina caracterizado como esbulho possessório. Consta que **Luís Lobo, Gilson Nélio, Roni (fotógrafo), Wenio, Salvador “pé de pato” e Valdimiro Alves Rodrigues**, estiveram no Salto I (ou de baixo) abriram um pique e colocaram marcos de concreto com placas com os dizeres **credenciado e protegido por lei**. Os mesmos passavam armados de modo ostensivo na estrada de rodagem que atravessa as comunidades, o que deixava os comunitários intimidados.

Disso tudo, a memória de ocupação do Território do Salto é marcada, por processos distintos de **desterritorialização** e **reterritorialização**, completada pela contínua e gradativa expropriação de suas terras tradicionalmente ocupadas. Não por acaso, durante a feitura do **Pré-Geo** do Território do Salto perguntei aos comunitários, como eles compreendiam o processo de perda de suas terras ao longo do tempo?

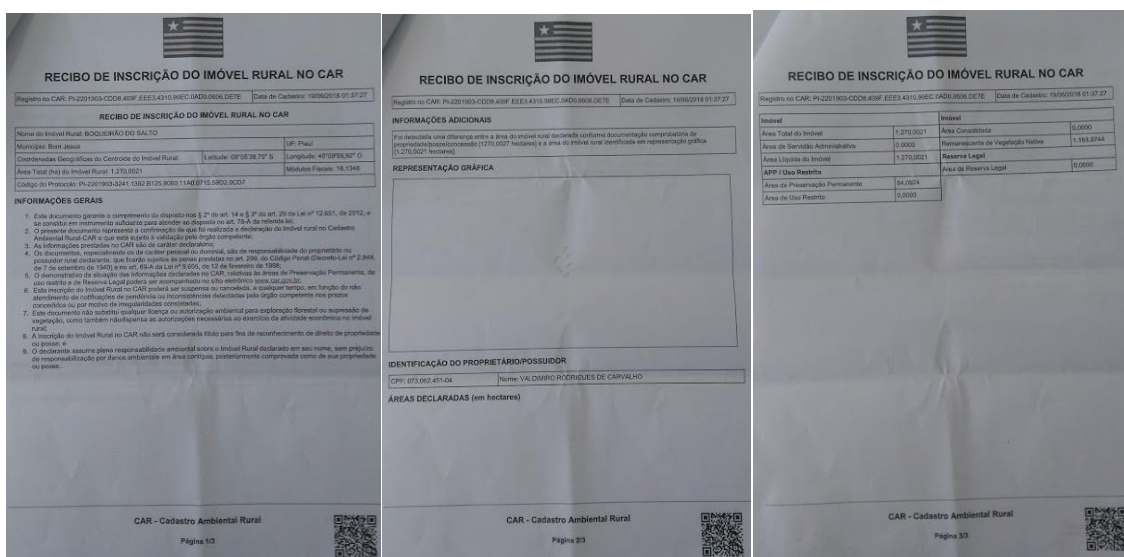
A partir desse questionamento foi possível identificar no discurso dos comunitários e através dos textos relatados aos agentes policiais durante a elaboração dos boletins de ocorrência, algumas formas de **grilagem de terras** empreendidos na parte sul do Estado do Piauí. Foi identificado ao lado da forma mais tradicional, ou seja, falsificação de documentos, invasão e uso da violência na tentativa de expulsão dos comunitários, coexistem a grilagem via **“refrigério” e “CAR”**. O primeiro exemplo, se trata da soltura de gado de criadores vizinhos, detentores de consideráveis rebanhos de gado, sob os locais de pastagens dos animais dos comunitários, o que representa a destruição de plantações e roças, fome e morte das cabeças de gado que criam.

Isso se justifica pelas diminutas áreas de pastagens (**capim de vereda**) que florescem na época das chuvas nas **Veredas**, irrigadas pela cheia das águas do rio **Uruçuí Preto** e na época da seca, nas **Chapadas** ou **Baixões (capim agreste)**, o que impõe aos comunitários a criação de pequeno rebanho e atualmente plantio de roças de capim, modo que encontraram diante a situação para alimentar seus animais. Por sua vez, o **refrigério** pode evoluir para a construção de currais e ranchos, como ocorrido no Salto II (ou de

cima) na tentativa de uma caracterização de posse e posterior comercialização da área invadida.

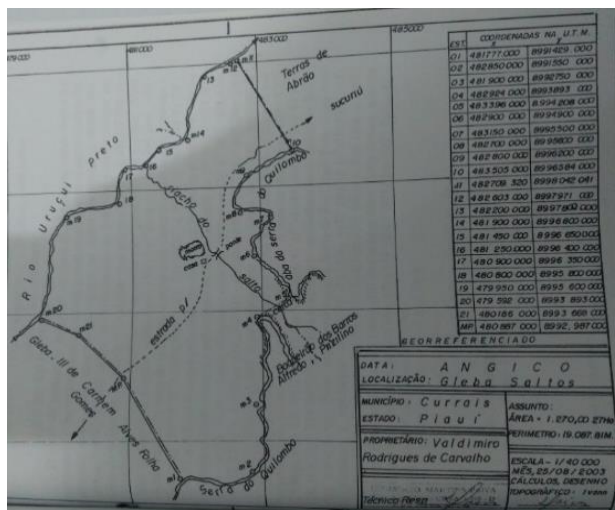
O fazendeiro faz o que no período chuvoso, o caso de Bom Jesus, Carlos José. Ele traz o gado para aqui. O que eles dizem que é por causa da cheia do rio Gurgueia. Quando é verão aí eles tiram daqui e botam lá. Quando o gado deles bate as roças deles lá, eles trazem para cá de novo. Não espera nem cegar o inverno direito. Isso prejudica porque come nossas roças, come o alimento de nosso gado. Se o nosso aqui tem que comer de seca e verde. Antes você passava faltava rasgar um agreste deste. Hoje você anda nessa Chapada para quem conhece, o capim tá morto. Porque vem gado de seca e verde, além dos do pessoal que já mora aqui e não tem onde botar, tem que ficar é aqui. Isso não acontece com o de Bom Jesus não, acontece com o de Monte Alegre também. Monte Alegre faz o mesmo trajetório. (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).

O segundo exemplo, se refere ao Cadastro Ambiental Rural. Segundo a legislação ambiental brasileira (lei 12.651/2012, art. 3º - para o bioma Cerrado 35% deve ser registrado como reserva legal), cada imóvel rural deve possuir uma **Reserva Legal** contígua a sua área agricultável ou de criação. Não existindo a possibilidade de atender a prerrogativa legal é recorrente na parte sul do Piauí, que proprietários rurais e criadores registrem como **CAR** as **terras de Chapada** ou **Baixões**, com suas matas e recursos hídricos ainda preservados, como também fonte indispensável para sobrevivência dos comunitários. Tal prática vem sendo denominada de **green grabbing** ou **grilagem verde** - apropriação e controle da terra e dos recursos naturais, baseadas em justificativas contidas no próprio discurso mundial sobre preservação do ambiente - **reparação ou compensação ambiental**



Boletim de ocorrência, 2017.

Citado pelos comunitários do Salto I (ou de baixo) como uma das pessoas que se dizem ser **donos da terra, Valdimiro Rodrigues de Carvalho** (cunhado de Enedino Folha citado em boletim de ocorrência por soltar gado nas plantações e roças dos comunitários), é o mesmo que por duas vezes esteve no INTERPI sendo recebido pelo Consultor/Antropólogo. Numa dessas ocasiões possuía em mãos a cópia de um CAR do ano de 2018 correspondente, a uma fazenda de nome **Boqueirão do Salto**. Outra tentativa de documentar o dito imóvel rural, no ano de 2013, ele entrou com um pedido de compra (DIOPI – Processo: 2864/13) das terras junto ao INTERPI, onde apresentou como exigência para realização de uma vistoria pelos técnicos do órgão, um mapa com georreferenciamento da área a Diretoria de Operações.



Mapa, fazenda Boqueirão do Salto, processo INTERPI.

Em entrevista realizada na época com Valdimiro no próprio INTERPI, o mesmo em seu discurso elencou alguns argumentos que tem por intenção relativizar, as narrativas sobre a antiguidade da ocupação dessa área pelos comunitários. Primeiro, afirma desconhecer a existência das comunidades de Salto I (ou de baixo) e II (ou de cima), ao passo que cita uma outra nomenclatura para área. “*Não tem nem Salto I nem Salto II é Salto. Porque Boqueirão do Salto é a propriedade que fica lá no Salto. Ela é contígua com a Onça. A Onça é a propriedade do meu ex-sogro (José Alves Folha, grifo meu) que é falecido, hoje é dos filhos*”. Completou Valdimiro dizendo que no ano de 2003 comprou a fazenda do vizinho, **Edson Andrade**, pai do procurador que representava as propriedades rurais em nome dos herdeiros da família Folha no Salto/Bom Jesus-PI.

O Edson Andrade tinha essa propriedade eu fui e comprei em 2003. Vendo a documentação eles tinham uma posse de 1960, pagando imposto territorial rural, que está pago até o ano passado, que vem pagando. Em 2003 eu comprei, eu não sabia nem o tamanho da área, eu levantei está área ainda com o GPS era um tal GPS de precisão, fiz mapa, memorial descritivo, cerquei a área, cadastrei e tomei as providencias necessárias (Valdimiro Rodrigues de Carvalho).

Em outro momento da entrevista ao mesmo tempo que reconhece que a família de **Avilino Neres da Silva** (pai de Regina e esposo de sua mãe Dionísia) já se encontrava residente no local, o que denota uma ocupação anterior, Valdimiro explica que Avelino teria sido **colocado na terra** pelo antigo proprietário (administrador de fazenda), como também o ajudou na companhia de outros homens de comunidades vizinhas, a exemplo da localidade do Regalo, cercar a área. Disse também, que nos encontros que teve com Regina no Salto sempre fez questão de dizer que eles tinham direito a permanecer na área, desde que se retirassem do centro da propriedade e ocupassem uma faixa de divisa entre um e outro proprietário.

Tinha uma casa que era a sede. Nesta sede morava o Sr. Avilino e sua família, mulheres e filhos. Ela ficou dentro da área toda ela era bem no centro da propriedade. Perto dessa propriedade tem uma cachoeira corrente. Eu voltei e falei eu vou cercar. Comprei muito arame levei numa camionete arame para lá, juntei um pessoal, o próprio Avilino, filhos de Avilino, o Sr. Faustino que morou na Onça que é propriedade de meus cunhados, um filho de Faustino, outro moço das Melancias de nome Hélio. Essas pessoas foram fora o pessoal que eu trouxe lá do Regalo fomos e cercamos a área toda. Ficou a área cercada, a casa sede onde ele morava. Uma casa de palha, uma casa grande e ficou. (Valdimiro Rodrigues de Carvalho, INTERPI).

O fato de negar que Avilino não seja **nativo do local**, mais um funcionário do antigo proprietário da dita fazenda, a quem permitiu residir na área juntamente com sua família, tem por objetivo descaracterizar as narrativas sobre a memória de ocupação territorial dos comunitários. Contudo, tais argumentos são veementemente negados por Regina. A comunitária aciona tanto seu conhecimento particular sobre o **ambiente** onde habita como sua **gerendência**, ou seja, **o modo de explicar dos Ribeirinhos-Brejeiros do Território do Salto sobre sua linha de parentesco – nasceu e se criou aqui** é a metáfora que expressa a antiguidade da presença de sua família nessas terras.

O Valdimiro não é de chegar com agressão. Vocês vão ter que sair, eu vou ter que botar vocês numa ponta, que vocês não vão ficar no meio. Essas são as verdadeiras ameaças dele. Que ele sabe que nos tem 100 hectares de direito. Como? Você viu aí a questão do registro (das relações parentesco, grifo meu) de pai (Avilino, grifo meu) e aquela questão que eles que botaram pai para

morar no Salto. Como isso? Se pai nasceu e se criou aqui. Casou e permaneceu aqui e criou nós tudo e já está no bisneto. (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).

É como eu te falei, ali tem o Sucruíú, tem os Araçás, aqui é Salto, ali é Onça, ali em cima já é a Cerca de Pedra que é o final do nosso território... Eu já conheci assim. Sucruíú é o nome antigo do Assentamento Rio Preto, de onde vocês tiraram a ponta do território, nos Araçás e aí veio... Eu não conheci aqui como Boqueirão do Salto. A gente conheceu Sato de Baixo e Salto de Cima e cansei de ver minha avó (Luiza Batista, grifo meu) falar desse jeito. (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).

Ao fim de nossa conversa perguntei a Valdimiro se ele possuía algum tipo de registro de posse (escritura por exemplo) da dita fazenda. Sobre isso argumentou que a algum tempo atrás havia solicitado ao cartório de Bom Jesus-PI uma “certidão”, porém, não foi possível obtê-la por conta das condições físicas do livro-registro. É importante notar que essas afirmações de Valdimiro conflitam, com suas narrativas acerca da posse legal das terras que reivindica ser dono, partindo do pressuposto que este adquiriu o imóvel rural de indivíduo conhecedor da necessidade da elaboração de documentos na concretização de negócios que envolvam transferências de bens. A todo momento num tom legalista, Valdimiro frisava na entrevista que a situação entre ele e os comunitários se resolveria no rigor da lei.

Há uns quatro ou cinco anos eu entrei com um pedido no cartório de registro de Bom Jesus, antigamente a gente chamava de certidão. O cartório disse que não dava porque o livro estava escangalhado. Porque ele tem dono. Eu tenho documento. Eu tenho registro. Ela não diz a quantidade de área, mais era casa, pé de laranja, curral, essas coisas. Aí não podia dar a certidão. O Juiz da Vara Agrária (Heliomar Rios Ferreira, grifo meu) disse solicite por escrito que eles vão te responder. Se não você vem que eu determino que seja enviado para restauração. E assim se fez. Passou uns quatro anos, ano passado que eu entrei em contato com o moço lá do cartório ele me orientou. Então, me faça a solicitação, lá no Recife. Dei a solicitação para ele dessa certidão e ele disse não sei se vai dar certo porque o livro estava muito ruim e a restauração foi parcial e ela talvez não abrange. Muita coisa não dá para se ver. Isso tem um custo, eu pago... Então, não foi possível por conta das condições do livro...só estava o pó (Valdimiro Rodrigues de Carvalho, INTERPI).

Em última análise, quero aqui registrar que no instante da realização dos trabalhos nas Comunidades do Salto II (ou de cima), um dos filhos do casal **Esdras Umbilino, o Vicentin e Celestina Maria da Conceição** (os mais antigos) de nome **Adão**, nos abordou solicitando que realizássemos um Pré-Geo de uma área equivalente a 300 hectares (no interior do território), o que foi negado justificando que os objetivos do INTERPI naquele instante não eram esses. Cabe aqui lembrar, que essa porção de terra é a mesma que

Pauliran, genro de Esdras Umbilino, citou no boletim de ocorrência registrado no ano de 2017, sobre alguns indivíduos que confabulavam sobre a comercialização de terras do Salto II (ou de cima).

Logo me veio que a intenção de Adão era de alguma forma levar a equipe através da realização da marcação de pontos GPS cancelar algum tipo de legalidade, a área que comercializou de forma ilegal já que seus pais (Esdras e Celestina) os herdeiros estão vivos. Buscando maiores informações sobre o caso junto aos demais comunitários do Salto II (ou de cima), estes explicaram que a dita parcela de terra comercializada é parte de seu território, que no total se inicia na *“cabeceira do Brejo do rio Uruçuí Preto seguindo contígua pelas áreas de chapada e vereda limitadas pelos Boqueirões da Burra, Cabeceira, Mangaba, Serra Grande, Serra do Quilombo e Morro do Papagaio”*.

Nesse contexto, Adão seria o ponto de discordância no interior da comunidade. Este se encontrava apreensivo com o trabalho do INTERPI, pois, já havia recebido a quantia referente a venda da área e que ele estaria sendo pressionado pelo comprador, a entregar a terra ou devolver a quantia paga. Por fim, tal comportamento custou a recusa dos comunitários em incluir Adão, no grupo constituinte da Associação que os representam enquanto Comunidade Tradicional, como também desencadeou entre seus parentes um sentimento que mistura decepção, distanciamento e desconfiança para com sua pessoa. Ao final, o Pré-Geo elaborado pelo Agrimensor apontou **1.568,6096 hectares correspondente a Comunidade do Salto I (ou de baixo) e 1.124,1099 hectares correspondente a Comunidade do Salto II (ou de cima), totalizando como território coletivo 2.692,7195 hectares.**

3. Desterritorialização e Reterritorialização: migrações, matrimônios e parentesco.

O motivo deles (seu avô Sebastião Pereira Mendes e seu pai Augusto Pereira Mendes, grifo meu) foi a crise que teve nesse tempo de 1932. Eles disseram que estavam mortos de fome, que lá (Remanso-BA, grifo meu) não tinha nada e que ouviram falar desse lugar Salto, que dava para escapar que tinha o coco, pequi, o buriti isso aquilo outro, o tucum, a tucumã era tudo de comer, aí eles vieram para aqui... e deram certo de casar com minha mãe (Luiza Batista dos Santos ou do Espírito Santo, grifo meu) e vieram para cá (Dionísia, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).

No tempo de 1932 minha avó (Luiza Batista, grifo meu) disse para nós que o coco da chapada servia até para tirar a massa dele, a massa que tem entre a casca grossa e o osso dele para servir de alimento (Regina moradora do Salto I ou de baixo).

Eu nasci aqui tudo, minha mãe (Juliana Maria da Conceição, grifo meu) me ganhou aqui. A gente andava por aqui, por acolá, foi assim que a gente se conheceu, morava um pertinho do outro...Ele (Esdras Umbilino, o Vicentin, esposo, grifo meu) não conheceu a mãe (Josefa Umbilino, grifo meu) pequeno, as irmãs (Areolina e Maria Miúda, grifo meu), até um coco que ele mastigava, elas tiravam da boca delas e botava na boca dele... Elas eram mais velhas, as irmãs dele que me contavam (Celestina, moradora da Comunidade de Salto II ou de cima).

Naquele tempo era tudo diferente, tempero era de porco ou de gado, leite de coco, fui criada assim. Meu pai (Rosalino Paulo da Silva, grifo meu) morreu a gente era tudo pequeno. Era duro você comer certo, para criar um filho e tinha que catar as coisas (Celestina, moradora da comunidade do Salto II ou de cima).

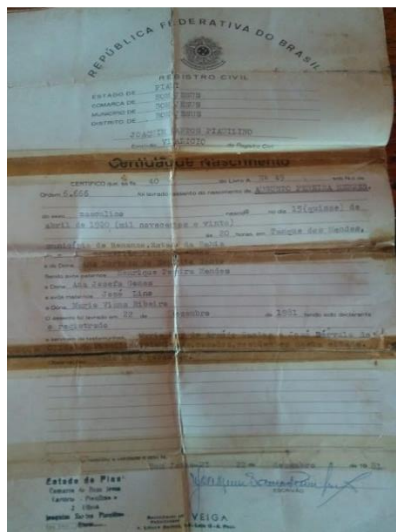
Segundo os relatos sobre a trajetória de fixação do lado paterno de sua família no Território do Salto, **Dionísia Batistas dos Santos**, nascida em 1950, matriarca da Comunidade do Salto I (ou de baixo) conta, que os **Pereira Mendes teriam migrado da localidade de Tanque do Mendes, município de Remanso-BA⁵, para o sul do Piauí por conta da seca que se abateu nessa região pelos anos de 1932⁶**. Tal evento forçou a um êxodo de grupos familiares em busca de local com alimento e melhores condições de

⁵ Ver, MACHADO JR. Edmundo F., (2018). **Diagnóstico Técnico Antropológico do Território das Melancia, Gilbués-PI. Francisco Joaquim de Souza é avô materno do Sr. Juarez Celestino de Souza, 66 anos, morador da localidade de Melancias I. A história de fixação de sua família no Território das Melancias começa, quando seu pai, Francisco Antônio Celestino, o “Chico Carpinta”, nascido em 1922 e falecido em 1988, filho de Lino Antônio Celestino e Maria de Jesus, veio como “retirante” migrado do município de Remanso-BA, para se estabelecer no município de Monte Alegre-PI, motivado pela descoberta de jazidas de diamante.** No ano de 1946 Carpinta passou a residir em Melancias I, consequência de seu casamento com a Sra. Ana Maria da Conceição, a “Natália” (mãe do Sr. Juarez), nascida em 1932 e falecida em 1991. Disse o Sr. Juarez que seu pai tinha uma tia residente no Território de Melancias, que não sabe ao certo o nome, mais que este a visitava com constância, o que em última análise explicaria as circunstâncias de seu matrimônio com Natália. O único irmão de Carpinta (seu tio) que o Sr. Juarez conheceu e que o visitava, atendia pelo nome de Firmino, residente no município de Corrente-PI. Já os pais de Natália (Francisco Joaquim de Souza e Tolina Maria da Conceição, avós maternos do Sr. Juarez), residiam no local chamado “Jacu”, área atualmente inserida na localidade de Melancias II.

⁶ Ver, MACHADO JR. Edmundo F., (2018). **Diagnóstico Técnico Antropológico do Território das Melancia, Gilbués-PI. A história de fixação da família Pereira Mendes no Território das Melancias se inicia, quando os avós paternos (do Sr. Salvador Pereira Mendes e do Sr. João Henrique Pereira Mendes Filho), Henrique Pereira Mendes e Ana Josefa migraram do município da Bahia, por conta da seca que se abateu sobre a região no ano de 1932, se estabelecendo na localidade de nome Pedra-PI e posteriormente na localidade de nome Prata-PI. Seus avós maternos, Benedito Barbosa, falecido em 1974 e Antônia Ferreira Gonzaga falecida em 1983, também eram “retirantes” migrados da Bahia. Estes últimos (juntamente seus filhos Miguel e Ana, tios dos Srs. Salvador e João Filho) se estabeleceram no povoado da Cruz-PI. Segundo o Sr. Salvador, seu pai (João Henrique Pereira Mendes, nascido em 1913 e falecido em 1989) e sua mãe (Constantina Ferreira Barbosa (da Glória) já casados passaram a residir em Melancias II em busca de áreas de terra agricultáveis e local para morar.** O Sr. Salvador Pereira Mendes é casado com a Sra. Norma Alves da Silva, 47 anos, moradora da localidade de Melancias II, filha de Pedro José Vicente Santana Duarte e Luiza Maria de Jesus. Sua avó materna se chamava Carolina. Por sua vez, Carolina se casou com (Se) **Bastião Pereira Mendes (irmão de João Pereira Mendes e tio do Sr. Salvador e do Sr. João filho.** Já a irmã de Salvador e João Filho, a Sra. Filomena Pereira Mendes, 63 anos, moradora da localidade do Sumidor entrou em núpcias com o Sr. Zoroastro Dias dos Santos, o Sr. Zé”, 68 anos. Desse modo, a família Pereira Mendes se funde a família Dias dos Santos.

subsistência. Nesse contexto, de extrema escassez, as margens do rio Uruçuí Preto e seu ecossistema constituído por **Veredas, Brejos, Lagamares, Chapadas ou Baixões** tornam-se a base do sustento desses chamados **Catingueiros, nomenclatura utilizada pelos comunitários para classificar aqueles que vieram de fora, estrangeiros).**

O pai de Dionísia, **Augusto Pereira Mendes**, na companhia de seu pai, **Sebastião Pereira Mendes**, nascido em 1900 e seu avô, **Henrique Pereira Mendes**, teria a idade de 12 anos quando sua família se fixou na localidade vizinha de Correntinho-PI, já que Augusto nascerá no ano de 1920 e a migração de sua família ocorreu no ano de 1932, até seu falecimento no ano de 1984 em Aroeiras-PI. Ao que tudo indica o bisavô (paterno) de Dionísia, Henrique, já teria vindo casado com sua esposa (bisavó paterna de Dionísia) **Ana Josefa Gomes**. Da mesma forma, o avô de Dionísia, Sebastião (filho de Henrique e Ana Josefa) veio casado com (a avó paterna de Dionísia) **Antônia Pereira ou Ana Barbará do Espírito Santo**. Disse Dionísia que com a idade de 3 anos a alcançou com vida. Dionísia, nasceu em 1950, portanto, sua avó paterna, no ano 1953, já residia no Salto. Os pais de Antônia ou Ana Bárbara, ou seja, os bisavós paternos de Dionísia, se chamavam **José Lino e Maria Viana Ribeiro**.



Certidão de nascimento, Augusto Pereira Mendes.

Se tornando adulto no Correntinho-PI Augusto conhece e se casa no ano de 1945 com **Luiza Batista dos Santos ou do Espírito Santo** (mãe de Dionísia, nascida em 1923 e falecida em 2004). Segundo Dionísia, sua família materna era moradora do Correntinho-PI. Luiza é filha de **Maria Alves de Oliveira ou Maria Batista do Espírito Santos e Gil Batista Pereira Lima** (avós maternos de Dionísia). Quando da morte de seu pai biológico, Luiza terminou de ser criada por **Marcos Rogério** (morador já falecido do Salto II ou de cima, tio de Esdras Umbilino, o Vicentin, atual patriarca desta comunidade) Por sua vez, sua avó materna Maria é filha de **Manoel Pereira de Oliveira, o Damásio e Salverina Alves, a Juvina** (bisavós maternos de Dionísia).

A Salverina (Juvina, grifo meu) alimentava os índios, fazia comida sem sal e deixava em cima do girau. Depois que eles pagavam a comida, se alimentavam, os índios sempre deixavam um pedaço de caça, todos os dias. Quando não era comida deixava um pedaço de fumo (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).



Certidão de casamento, RG, Carteira de Trabalho, Luiza Batista dos Santos.

Disso tudo, é provável que nas primeiras décadas do século XX a família Pereira Mendes tenha se fixado em terras do Salto. O êxodo de 1932 foi o evento disparador na busca por um **pedaço de chão**, de preferência áreas não habitadas nem por índios e seus descendentes nem por descendentes dos primeiros posseiros⁷, como parece ser o caso da

⁷ Ver, MACHADO, Paulo (2002:16). **As Trilhas da Morte: Extermínio e Espoliação das Nações Indígenas na Região da Bacia Hidrográfica Parnaibana Piauiense** Esses conflitos agrários... No curso das últimas décadas do século XIX e primeiras cinco do XX caracterizam-se pelas lutas entre descendentes de sesmeiros e descendentes de possuidores. A partir da sexta década do século XX, a ocorrência de conflitos agrários disseminou-se em todo o território piauiense, em decorrência do confronto de interesses

família materna de Dionísia. Da união entre Augusto e Luiza nascem em terras do Salto além de Dionísia, seus irmãos **Adir, Guilhermina (Guiné), Maria (Sinha), Magdali e Ariosvaldo, o Valdim**. É interessante observar que o nascimento dessa 1º geração da família Pereira Mendes e Batista dos Santos representa, a conclusão de um processo mais amplo de reterritorialização. Pela via do matrimônio **Catingueiros e descendentes dos primeiros possuidores** se fundiram num único **território-identidade**, os atuais **Ribeirinhos-Brejeiros do Território do Salto**.

As gerações se sucedem no Salto I (ou de baixo) e Dionísia conhece e se casa com **Avilino Neres da Silva**, nascido em 1955 no Salto. Desse matrimônio nasceram além de Regina, seus irmãos **Pedrina, José Salvador, Maria de Jesus, Leticia e Gildeon**. Ao que tudo indica a família (paterna e materna) de Avilino (seu pai **Luis Neres da Silva, nascido em 1919 e falecido em 2004** e sua mãe **Inocência Rodrigues da Silva ou Maria da Conceição, nascida 1919 e falecida em 1989**), tem origem nas localidades de Serrinha e Riacho Grande, município de Corrente-PI.



Certidão de nascimento e de óbito, Luis Neres da Silva.

entre trabalhadores rurais sem terra e latifundiários ou grupos empresariais, que se apresentam atualmente como proprietários de imóveis de origens legítimas. No entanto, a verdade é que, na maioria das vezes, tais imóveis rurais por eles adquiridos, não passam de extensas áreas de terras públicas devolutas, integrantes do patrimônio imobiliário do estadual, incorporadas aos seus patrimônios privados por meio de fraudes e falsificações de documentos, principalmente quando o espaço dos conflitos agrários são os municípios das regiões Sul, Sudeste e Sudoeste do Estado do Piauí.

O que leva a crer que também migraram para o Território do Salto em busca de **terras livres**. Nessa nova terra, além de Avilino nascem seus irmãos **Augusto, Raimunda, Leidirene, Ivanir, Emérsio, Horácio e Maria Solimar (Sula)**. O Luis Neres da Silva (pai de Avilino) conheceu apenas sua mãe, Maria Neres da Silva e sua avó, Diana Neres da Silva (avó e bisavó paternas de Avilino respectivamente). Já a família materna de Avilino, sua mãe Inocência ou Maria, é filha de **Felícia Ferreira da Silva e João Rodrigues da Silva, o Mundoca**. Os avós de Inocência (bisavós maternos de Avilino) se chamavam **Domingos Pereira e Francisca Ferreira**.



Certidão de nascimento, Inocência Rodrigues da Silva e Avilino Neres da Silva.



Família, Regina e Dionísia.

Por sua vez, foi percorrendo o território do Salto II (ou de cima) a realizar juntamente com os comunitários as marcações de pontos de GPS, o Pré-Geo das terras tradicionalmente ocupadas desse grupo, que um dos filhos do casal Esdras Umbilino, o

Vicentin (nascido 1936) e Celestina Maria da Conceição (nascida em 1940), chamado **Henrique Nerson Paulo da Silva, o Fernando** (nascido em 1965) descreveu os primeiros tempos do processo de territorialização de sua família materna em terras do Salto.

Para tanto, nos levou a **tapera – nomenclatura utilizada pelos comunitários que denota antiga morada** - onde seus bisavós maternos **Salomão Amâncio de Souza e Tertilina da Conceição** construíram sua primeira casa, a beira da **Cabeceira do Brejo do Salto**, local provavelmente escolhido por conta da proximidade com a água, terras agricultáveis e oferta de caça e outros alimentos.



Tapera – Vestígios de carvão de antigo forno.

Desse matrimônio nasceram **Margarida, Genoveva (que se casou com Roberto), Romualdo, Pedro, Bernarda, Odilon (padrinho de Celestina), Alfredo (tio e pai de criação de Celestina), Fausto e Juliana (mãe de Celestina, nascida em 1919 e sepultada no cemitério do Salto I ou de baixo no ano de 1989)**. É provável que pela metade do século XIX a família materna de Celestina já residisse em terras do Salto. A mãe de Celestina, **Juliana Maria da Conceição**⁸ conheceu e se casou com **Rosalino**

⁸ Ver, MACHADO JR. Edmundo F., (2018), **Diagnóstico Técnico Antropológico do Território das Melancia, Gilbués-PI**. Segundo o Sr. Valdim Alves de Souza, 56 anos, irmão de Mariquinha, Maria da Conceição Alves de Souza, Maria das Mercês, tio da Gersirene, a história de fixação de sua família no Território das Melancias começa, quando seus avós paternos **Roberto Ferreira Souza e Genoveva Maria da Conceição Ferreira falecem em Brejo Seco-PI, motivando seu pai (Cirilo) a morar com suas tias Domingas, Maria e Juliana num local de nome Borá**, onde se casou com Maria José Alves Ferreira de Souza, mãe do Sr. Valdim Alves de Souza. A família Alves Ferreira de Souza, particularmente o matrimônio entre Cirilo e sua 1ª esposa Maria José Ferreira de Souza, que gerou um número superior de filhos do sexo feminino em relação aos do sexo masculino, continuaram a ser desposadas por homens de outras famílias moradoras do Território das Melancias, expandindo assim a parentela por outras localidades. Este é o caso da Sra. Maria Nazinha Alves de Souza, 60 anos, que entrou em núpcias com o Sr. Salvador

Paulo da Silva (falecido em 1950, Celestina tinha a idade de 10 anos quando seu pai faleceu) gerando seus irmãos, **Cesário** (falecido em 1945), **Simão** (nascido em 1948) e **Anatalia**.

Rosalino (pai de Celestina) era filho de **Alfredo Paulo da Silva e Raimunda Cerqueira da Rocha** (avós paternos de Celestina ambos falecidos em 1965, Celestina tinha a idade de 25 anos quando estes faleceram). Desse matrimônio, além de Rosalino nascem seus irmãos, **Bernardo, Carmerino, Geremias e João Paulo** (tios paternos de Celestina). Tudo leva a crer que a família paterna de Celestina tenha vindo para o Salto migrada da localidade de Riachão dos Paulos-PI.



Cemitério, Sepultura de pedra, Juliana Maria da Conceição – Certidão de nascimento, Celestina Maria da Conceição – RG, Esdras Umbilino da Silva, o Vicentin.

Delfino dos Santos, o “Didi”, 60 anos e sua irmã, a Sra. Nercina Alves de Souza, 54 anos, que entrou em núpcias com o Sr. João Henrique Pereira Mendes Filho, 51 anos. Tanto a Sra. Maria Nazinha quanto a Sra. Nercina são irmãs da Mariquinha, Maria da Conceição, Maria das Mercês e Valdim. Estes núcleos familiares atualmente residem na localidade de Riacho dos Cavalos.

A de se destacar que no processo de fixação territorial da família (tanto materna quanto paterna) de Celestina, foi recorrente as uniões entre tios e sobrinhas e primos e primas, a exemplo dos seus irmãos **Simão, que entrou em núpcias com Maria, filha de seu tio paterno Bernardo, Cesário, que se casou com a sobrinha pelo lado materno, Luzia Amâncio da Silva, filha de seu tio Daniel Amâncio de Souza e Anatalia, que se casou com seu primo Carmino, este que era primo de Juliana, sua mãe.** Talvez, a escassez de mulheres disponíveis para o matrimônio por essa época explique, a ocorrência desses tipos de uniões entre consanguíneos.

O Cesário (irmão de Celestina, grifo meu) se casou com uma sobrinha porque a sua mulher, a Luzia Amâncio era filha de um tio dele. O pai (Daniel Amâncio de Souza, grifo meu) dela era primo carnal de nós. O Simão (irmão de Celestina, grifo meu) se casou com a prima carnal por parte de pai. O pai da Maria, mulher do Simão era irmão (Bernardo, grifo meu) de meu pai (Rosalino, grifo meu), chamava Bernardo. O Carmino que casou com Anatalia, minha irmã, era primo de minha mãe, Juliana (Celestina, moradora do Salto II ou de cima).



Vicentim e Celestina.

Continuando, vizinhos desde que nasceram no Salto II (ou de cima) **Celestina conhece e se casa com Esdras Umbilino, o Vicentim.** Desse matrimônio nascem, **João Paulo, José Paulo, Adão, Eva, Henrique Paulo, o Fernando, Raimundo e Emídio.** Vicentim é filho de **Antônio Rogério** (sepultado no cemitério do Salto I ou de baixo) e **Josefa Umbilino** (falecida em 1938), sendo seus irmãos **Manoel da Silva, o Corrente, Maria Miúda e Romão.** Por sua vez, Antônio (pai de Vicentim) e seus irmãos **Nobilino,**

Marcos Rogério e Algemira (ambos sepultados no cemitério do Salto I ou de baixo) são filhos do casal **Rogério Umbilino e Felizarda⁹, a Felícia** (avós paternos de Vicentin).

O irmão de Antônio Rogério, Marcos Rogério, foi o pai de criação da Luiza (mãe de Dionísia, grifo meu), após a morte de seu pai, Gil Batista. Antônio Rogério e Marcos Rogério são tios da Luiza, irmãos da Maria Batista (avó materna de Dionísia e bisavó da Regina, grifo meu) (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).



Família, Vicentin e Celestina

Marcos Rogério (tio de Vicentin) que foi casado com **Elvira** (sepultada no cemitério do Salto I ou de baixo) tiveram os filhos **Areolina, Doralice, Milton e Zé de Marcos**. Após a morte de **Gil Batista Pereira Lima** (pai biológico de Luiza Batista dos Santos ou do Espírito Santo e de Francisca Batista dos Santos, a Chica), Marcos Rogério assumiu a paternidade de Luiza, mãe de Dionísia, matriarca da comunidade do Salto I (ou de baixo). Portanto, os filhos de Dionísia, Regina, Pedrina, José Salvador, Maria de Jesus, Letícia e Gildeon consideram Marcos Rogério como seu bisavô.

⁹ Ver, MACHADO JR. Edmundo F., (2018), **Diagnóstico Técnico Antropológico do Território das Melancia, Gilbués-PI**. Quando Diordepe morador de Passagem da Nega (Território das Melancias) fica viúvo de Palmerinna Dias, se casa com sua 2ª esposa, a Sra. Ivanilde Nunes dos Santos fundido a família Delfino dos Santos com os Nunes dos Santos. O pai de Ivanilde se chamava Ladislau Nunes dos Santos, o “Cocó” e sua mãe se chamava Benicia dos Santos. Seus avós paternos se chamavam Supriano Nunes dos Santos e **Felizarda** (está que havia entrado em núpcias com Domingos Delfino dos Santos, avô paterno de Diordepe e bisavô materno do Sr. Didi). **Diordepe explicou que a história de fixação de sua família no Território das Melancias começa, quando seu avô paterno (e bisavô materno de Didi), Domingos Delfino dos Santos falecido em 1940, migra da Bahia para Caracol-PI e depois para a localidade de Passagem da Nega, junto com seu filho (Olegário Delfino dos Santos, pai de Diordepe) e sua tia de nome Laura, por conta da seca de 1932 que assolava a região.**

Desse modo, a relação de parentesco não consanguíneo - entre afins existente entre padrasto e enteada no caso de **Marcos Rogério e Luiza Batista**, é o ponto chave para compreendermos as particularidades e razões pelas quais, os comunitários do Salto se veem como uma só parentela e compartilhando um mesmo território. Nesse mesmo bojo outra afinidade parental praticada e que alimenta continuamente o movimento de expansão do parentesco, tanto para dentro quanto para fora do Território do Salto, é a relação entre mulheres, filhos, parteiras e território.

Segundo Regina (nossa anfitriã e Presidenta da Associação) ainda em seu tempo quando não existia a estrada de rodagem, a grávida na maioria das vezes tinha que se deslocar até a casa da parteira mais próxima. Completando, disse Dionísia (mãe de Regina) que as parteiras que **pegavam** um menino ou uma menina, assim como outras que **cortavam o umbigo**, se tornavam **madrinhas** desses recém-nascidos. Da mesma forma, se tornavam madrinhas, as mulheres que porventura amamentassem os filhos antes das mães biológicas.

Eu tive que ir caminhando com a trouxinha na cabeça e naquela época não tinha rodagem. Na época eu saí com a barrigona e ela (Dionísia) tocando umas galinha que tinha achado ali, uma carga de arroz, feijão, farinha que era para o sustento lá até chegar o dia. Dessa aqui (Shirley, 21 anos, grifo meu) vim com 21 dias e dessa outra (Viviane, 18 anos, grifo meu) vim com 8 dias. Montando num burro, mas ela na mão. (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).

*Celestina do Salto II é uma das parteiras daqui. Tinha tia Lendira que era do Prata, tinha Leiloa que morou no Correntim, tinha Eva ali do Biomá, ali do Jacú, que é parente nosso por parte dos Caatingueiros, tinha Mercedes no Altos, tinha Branca, mulher do José Olegário, irmão de Diordepe (mora em Passagem da Nega, Território das Melancias, grifo meu), que morava no Morro D'água, tinha Miúda Preta, **que** morava aqui mais próximo, tinha Chica (Francisca, grifo meu) irmã de minha mãe (Dionísia, grifo meu) (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).*

As minhas mesmo chamam. Uma pegava e a outra cortava o umbigo. A mãe dele (seu filho Gildeon, grifo meu), chamava mãe das Dores. Uma mulher do meu primo que é sobrinha de mãe (Dionísia, grifo meu), que foi quem deu o peito que o amamentou, o primeiro leite elas chamam de mãe também, mãe Rosa e essa é a tradição daqui (Dionísia e Regina, moradoras do Salto I ou de baixo).

Quero aqui ressaltar que as mulheres no Salto desempenham papel político de destaque, tanto no enfrentamento contra a grilagem quanto na busca de ver legalmente regularizadas suas terras. Para tanto, o exemplo de Regina (mãe solteira de três filhas e avó de uma neta) é emblemático. Segundo ela, o empoderamento feminino no Território do Salto tem suas origens nas oficinas de segurança promovidas pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), ou seja, a elaboração de um conjunto de estratégias na tentativa de

inibir confrontos diretos e ações violentas envolvendo comunitários (sobretudo os homens), invasores e grileiros.

Do que foi constatado sobre o processo de territorialização dos comunitários do Salto I (ou de baixo) e Salto II (ou de cima) podemos concluir, que as famílias **Ribeirinhas-Brejeiras** que atualmente residem na área em questão são oriundas, do encontro entre **Catingueiros** sem-terra migrados da Bahia para o sul do Piauí nas primeiras décadas do século XX, **famílias de despossuídos** que migravam sazonalmente de localidades vizinhas e **descendentes dos primeiros possuidores de terras da região**, séculos XVIII e XIX. Para os de fora, o **matrimônio** com famílias locais foi a possibilidade de se reterritorializar em seu sentido mais amplo (ambiente, casa, família e sentimento de pertencimento a um espaço).

Por sua vez, para a maioria dos de dentro, num contexto de grandes esforços para subsistir, o matrimônio representou mobilidade social. Como exemplo, cito o caso dos irmãos de Dionísia, Adir, que após se casar passou a residir em Correntinho-PI e depois em Bom Jesus-PI e Magdali, que com seu matrimônio passou a morar no Sapé, localidade de Barra Verde-PI. Da mesma forma, os netos do falecido Marcos Rogério (filhos de seu filho Zé de Marcos e sua esposa Judite), **Domingos, Floraci, Lenir, Delmiro, Rosa e Valdeci**, após seus matrimônios passaram a residir nas localidades vizinhas de Rio Preto-PI, Araçás-PI, Riozinho-PI e Currais-PI respectivamente. Assim, como os apadrinhamentos por nascimento e amamentação, esse modo de compreender o matrimônio teve e tem como consequência, a expansão da parentela para territórios vizinhos, o que reforça a solidariedade entre eles.

4. Comunidade Tradicional: modos viver, saber e fazer.

Aqui no cerrado toda fruta tem um animal que come aquela fruta. Nenhum tipo de fruto aqui do cerrado não serve para nada, ele sempre tem o objetivo dele. Porque se ele não serve para gente, ele serve para os animais (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).

A fala de Regina se torna significativa para a compreensão da forma organizacional praticada pelos comunitários do Salto I (ou de baixo) e Salto II (ou de cima). Quando perguntados sobre seus modos de viver, saber e fazer característicos, fica evidente que **o mundo dos humanos não está de maneira alguma dissociado do mundo da natureza**. A geografia de **Serras, Morros e Boqueirões** que circundam o Território do Salto abrigam em suas áreas de **Chapadas ou Baixões**, as margens do **Rio**

Uruçuí Preto, famílias de **Ribeirinhos-Brejeiros** que subsistem do plantio de roças de culturas diversas, da criação de gado solto, da pesca, da caça e do extrativismo.

A realização dessas atividades dependente do ecossistema formado por **Brejos** (onde florescem as árvores de buriti, buritirana, bacaba, pequi... e é praticado o extrativismo), **Veredas** (onde é abundante o capim vereda, alimento para o gado na época do Verão), **Lagamares** (Lagoas do rio, terras de vazante) - ou terras húmidas (propícias ao plantio de feijão, fava, milho, mandioca, macaxeira, arroz, melancia, abobora, batata, quiabo, cana, banana...) e **Agreste** (onde é abundante o capim agreste, alimento do gado no período do inverno).

O cardápio dos comunitários é completado pela captura e consumo variado de peixes e caças (surubim, piau, traíra, corró, curimatá, tucunaré, piranha, jacaré, cutia, tatu, capivara, paca, veado...) e o cultivo de temperos (cebolinha, coentro, tomate, pimenta...) nos chamados **canteiros** (hortas suspensas).



Serras e Morros – Brejo e Vereda.



Morro, Lagamar, Chapada ou Baixão, Agreste e área de extrativismo.

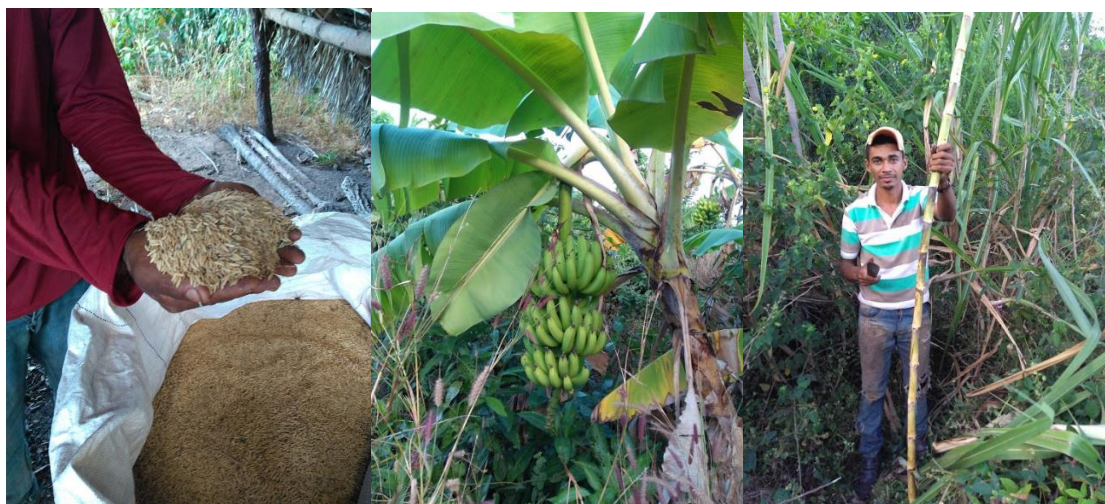
Segundo os comunitários estes vivem de **seca e verde**, ou seja, do mês de maio ao final do mês de dezembro é o período seco, o **verão**. Do mês de novembro ao mês de abril é o período das chuvas (verde), o **inverno**. Esse ciclo de estações (e suas atuais transformações) é um dos determinantes para o ritmo da vida cotidiana dos **Ribeirinhos-Brejeiros** do Salto. Na maior parte do tempo suas ações estão voltadas para a garantia da subsistência: **o tempo de plantar, o tempo de colher, o tempo de criar, o tempo de catar e o tempo de caçar**. Obviamente, essas dimensões da vida cotidiana acontecem paralelas umas às outras. Portanto, através da vivência no cerrado, os comunitários aprenderam a conhecer as características e as qualidades das terras que ocupam, como também a usufruir desse ambiente de forma consciente e respeitosa.

O feijão a gente planta no período chuvoso, nas primeiras chuvas que é entre novembro e dezembro, que a gente planta ele que é para vir mais cedo, para gente ter ele verdinho para comer mais cedo. Claro que vai comer seco, mais aí a influência das primeiras chuvas para comer mais cedo. O arroz a gente já planta em dezembro, aí a gente colhe ele no final de março e início de abril, até 20 de abril no máximo você está dependendo da chuva e da terra e as vezes

você termina de finalizar a colheita no mês de maio. Dependendo se for o arroz ligeiro ou o tardão. Tem um tipo de arroz que chega até seis meses, só que nós não usa ele. A gente sempre procura usar o mais ligeiro, é o que acode mais ligeiro (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).

A mandioca aqui para nós dependendo da terra, se ela for uma “terra úmida, uma terra de vazante”, a gente chega à colher com 06 meses que ela já serve para comer. Pode ser a macaxeira, como pode ser a mandioca ralada no ralo para fazer a farinha e o beiju. Se ela for uma terra seca, como no caso do Baixão ela chega até um ano. É porque nessa época ela é mais dura e daí para frente ela vai secando, aí não tem como ela aumentar (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).





Mandioca, feijão, fava, milho, arroz, banana e cana de açúcar.

Os nossos frutos também são temporários. O buriti começa a cair no mês de agosto, mas ele vai caindo por causa da chuva. Os primeiros que vão caindo, eles vão servindo para os bichos. Quando chega do mês de dezembro para frente ele já está farto. Ai já da para gente, para os animais (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).

A chuva aqui ultimamente diz os mais velhos, que antes não era assim, o inverno chegava mais cedo. Mais ultimamente quando vem chover aqui mesmo já é 20 de novembro a tanto de dezembro e vai até o final de abril. Tem vezes que ainda chega a chover no mês de março. Também ao longo do tempo vem um inverno melhor do que o outro. Quando o inverno é mais fraco chega a prejudicar a plantação dependendo da altura da terra que você planta. Se a terra é baixa é claro que ela vai ganhar melhor, mais se a terra for alta o sol judia mais um pouco (Regina, moradora do Salto I ou de baixo).

O excedente produtivo quando existe é comercializado tanto para fora como principalmente para dentro do território. Na maior parte das transações efetuadas entre os comunitários, não está envolvido dinheiro e sim **trocas, empréstimos ou doações** de pequenas quantidades. No passado afirmaram os comunitários que para obterem produtos como açúcar, sal, café, óleo, remédios, roupas levavam **cargas** (no lombo do jumento durante 8 dias) de farinha de mandioca, arroz já pilado, feijão, fava, porcos, galinhas, patos e outros produtos, para serem vendidos nas feiras de Bom Jesus-PI (que ocorria aos sábados).

O período do garimpo de diamantes no município de Monte Alegre-PI pelos idos de 1940 também é lembrado pelos comunitários como oportunidade para a comercialização de seus produtos. Contudo, com a concorrência dos comércios e supermercados (produtos industrializados e de fácil acesso) uma possível comercialização do excedente produtivo se tornou mais difícil. Ao contrário do passado,

onde essa produção alimentava parte do consumo dos residentes nas localidades mais desenvolvidas, hoje tal possibilidade é quase inexistente.

Se eles matam um gado lá (Salto II ou de cima, grifo meu), a gente compra o gado deles. Se a gente mata aqui eles fazem o mesmo jeito. As vezes mesmo eu não tenho a mandioca mais não tenho a farinha feita, as vezes eu tomo emprestado ou compro na mão deles. Eu acho que isso é um tipo de comercialização. Nem sempre é com dinheiro, as vezes a gente empresta, troca ou cobra mesmo a dinheiro. As vezes a gente dá. Quando é pouca coisa, a maioria das vezes a gente dá, troca não (Regina e Gildeon, moradores da Comunidade do Salto I ou de baixo).

No tempo deles que eles levavam carga era mais difícil, tanto aqui quanto lá. Pelo que eles falam assim, porque eu cansei de ver a mãe dizer, avó dizer que para muitos comer em Bom Jesus e Monte Alegre no caso do garimpo era obrigado eles pilar aqui no pilão para poder levar pilado e comer. Então, eu vejo que era difícil para todo mundo. Eu acho que naquele tempo não dava para chegar uma coisa e a pessoa não ter como não comprar (Regina, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).

Digamos vamos lembrar do 1932, as coisas era mais difícil e já pegava mais perto da época da fome. Hoje não, o povo entra nessas cidades tem de tudo. Por isso, é mais difícil para nos vender nossas coisas aqui. Eu sei que eles levavam as compras para vender para os garimpeiros. Era as cargas que eles levavam para Monte Alegre (Dionísia, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).

Sobre a atividade de caça disseram os comunitários que fazem uso de diversas armadilhas para este fim, a exemplo de **anzóis** para capturar peixes e outros animais aquáticos, que eles chamam de **gancho ou rede**. Para captura de animais terrestres usam uma espécie de **isca** para atrair o animal que denominam **seva**. **O creco (ou espingarda de carreiro)**, armadilha feita com forquilhas de madeira apoiando uma espingarda com um cordão amarrado ao seu gatilho, que eles denominam **açóite** ou a própria **espingarda para caçar em punho**. **O jequí**, armadilha feita da montagem de pedaços de madeira (que também é utilizada na captura de peixes). Para tanto, o sucesso da caçada dos animais terrestres depende da observação do **carreiro**, ou seja, a leitura do caminho feito pelo animal para a instalação adequada da armadilha.

Nós caça aqui mais de armadilha, tipo peixe. Para pegar o peixe aqui nos usa o gancho, que nós chama de rede, usa o anzol. O anzol nos usa ele de dois tipos: quando a gente usa com uma vara e a linha encosta na beira do rio e usa ele para fazer armadilha. Puxa um cordão de um lado a outro do rio atravessando, aí você bota 3, 4 anzóis um distante do outro um pouco, coloca as iscas e deixa ele lá amarrado. O surubim passa, um jacaré da um tapa lá ele já fica ferrado na corda (Gildeon, morador da Comunidade do Salto I ou de baixo).

Para outras caças nós usa o seguinte: nós bota a seva para cutia, quando é com 2, 3 dias ele está comendo, você vai lá espera, ela vem e você mata. O creco ou espingarda de carreiro a gente usa para armar na boca do buraco para vê se tem um tatu peba, ele vai saindo ali e você pega (Gildeon, morador da Comunidade do Salto I ou de baixo).



Armadilha, Jequí.

O jequí, as vezes a gente usa ele tanto no carreiro como usa no buraco também. As vezes a caça passa no carreiro e a gente coloca ele armado ali, até uma semana sem ir lá olhar. Entrou dentro ali ele está preso. Para pegar o peixe usa o jequí também. Chega no rio só coloca a comida dentro amarra uma corda no beíço dele porque se deixar soltar no rio, o rio afunda e você não vai achar ele fácil. Os peixes que entram ali não sai (Gildeon, morador da Comunidade do Salto I ou de baixo).

Espingarda, para caçar de curso, você usa ela para armar também. A gente finca uma forquilha uma na frente da outra e fica um que a gente chama de açoite com uma linha lá naquela cerca mais ou menos, aí você puxa uma linhazinha do gatilho bota um pino aqui, quando o bicho passa puxa a linha, o açoite e aí puxa o gatilho lá (Gildeon, morador da Comunidade do Salto I ou de baixo).

O manejo do gado assim como o plantio de roças também está relacionado ao ciclo de estações de **seca e verde** (verão e inverno). **Criado solto** (sendo as roças cercadas para que o animal não invada se alimentando e destruindo a produção agrícola) o gado só é confinado nos currais quando tem que ingerir uma quantidade de sal diária para seu sustento. Misturados uns aos outros, ao primeiro olhar é difícil identificar a quem pertence o gado (identificado por seus donos por marcas ferradas no corpo do animal ou por alguma característica peculiar), já que o mesmo percorre as áreas de Chapada ou Baixão e Veredas em busca de alimento (capim de chapada e capim de vereda) em sua completude.

Através da criação de gado solto é possível observar o uso do território de forma coletiva. Por sua vez, com as mudanças climáticas e o desmatamento que vem alterando o ciclo de estações no bioma cerrado, como também a soltura de gado, o chamado **refrigério** realizado por criadores vizinhos com considerável plantel de animais, o que impacta diretamente no modo tradicional dos comunitários de criar seu gado, os mesmos veem se utilizando da estratégia do plantio de roças de capim, no intuito de sustentar seus animais em períodos de escassez de alimento. Além da carne de gado, outros animais como galinhas, porcos e patos também constituem o cardápio alimentar dos comunitários.

A gente cria solto, cria na Chapada, entre a Chapada e a Vereda. No período chuvoso quando o capim agreste está verde, a gente cria na Chapada. Quando é no período seco, o gado vai se criar na Vereda, porque na Vereda que tem a terra úmida e o capim sustenta verde. Porque esse capim da Chapada daqui em diante é só secar. Ele só vai brotar, ficar verde para o gado comer só depois que chove (Regina, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).

A família Folha reside na localidade do Regalo, município de Monte Alegre-PI. Fazem uso do Território do Salto realizando a soltura do gado para se alimentar do pasto nativo das áreas de Biaxão e Veredas, o que chamam de Refrigério. Quando o gado dos Folha consomem o pasto que cultivam estes soltam o gado, o que deixa os nossos animais sem pasto nativo para comer (Regina, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).

Também, agora, antigamente a gente não usava isso. De um tempo para cá a gente vem deixando um espaço para uma rocinha de pasto. Para botar para um quando estiver mais magro, fraco. Tentar segurar ele aí até chover. Porque até chover você vê o gado subindo e descendo procurando melhoras e onde ele acha as melhoras, nas Veredas, que é nas beira dos rios que onde a terra é úmida e o capim sustenta verde (Regina, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).



Gado, curral, galinha, pato, carne salgada.

A medicina natural, o uso de folhas, sementes e frutos do cerrado também se apresenta como modo de viver, fazer e saber entre os comunitários do Território do Salto. Quando não se trata de doenças graves, cirurgias ou o indispensável ginecologista e pré-natal para mulheres grávidas e em idade reprodutiva, onde necessariamente se dirigem a Bom Jesus-PI em busca de médicos, estes recorrem ao seu ambiente como meio de cura.

Para tanto, podemos citar o uso da **casca** e a **folha da mangabeira** para o trato de dores. A **casca** ou a **semente da sucupira**, a **casca de fava danta**, o **pavão de vereda** para o trato de gripes. A **folha de carne**, a **folha do pequi**, o **pau bom**, a **batata de**

purgar, a **folha de cachamorra** e a **abóbora** para o trato de problemas estomacais. O **algodão** para as pessoas que fizeram algum tipo de cirurgia. O **mastruz** para desinfecção e cicatrização de feridas. A **casca de caju** para o trato de corrimentos estranhos nas mulheres. A **casca de jatobá** para o trato da anemia. A **casca de mandioca** para talhar sangue. A **casca da caraíba** para a feitura de xarope.

Outra forma de cura praticada pelos comunitários é o uso de **algodão** que molhado é colocado na testa dos recém-nascidos e crianças pequenas para interromper o **soluço**. O uso do **tipiu**, do **pinhão roxo** e o **alho** para espantar a **inveja** e o **olho gordo**. Como também, o uso das próprias mãos seguida de uma prece para tirar o **quebranto**. É interessante observar na fala dos comunitários que roças e animais também são afetados por quebranto e passam por processos de cura, o que reforça novamente a idéia de que o mundo humano não está dissociado do mundo da natureza.

A gente tem vários tipos de planta aqui do mato no cerrado para a gente não ter que ir para a medicina da cidade, a gente só vai quando não tem jeito. Principalmente no mundo de hoje. Uma mulher aqui ela não pode passar de um ano para outro sem fazer uma ultrassom para ver como é que está, esses casos aí a gente vai para cidade (Regina, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).

Aquele caso que eu te falei da dengue, ele aí (Gildeon, grifo meu) ficou dois dias internado, veio para cá, veio se curar com o que: semente de quiabo e semente de melancia, com o remédio aqui do mato, nossas coisas que nós junta aqui para fazer o nosso remédio (Regina, moradora da Comunidade do salto I ou de baixo).

A tradição aqui é usar o tipiu, aquele pau ali ô. É para espantar essas coisas, inveja. Quando vem um invejoso lá ele solta um cheiro, ele já avisa. Muita gente usa faz a cruzinha da madeira dele e prega por cima da porta. Aquele alho debaixo da mesa é para olho gordo mesmo. Se a gente não se cuidar a gente fica mole, sono, uma fraqueza, tipo uma febre (Gildeon e Pedrina, moradores da Comunidade do Salto I ou de baixo).

Quando eu vejo meus netinhos com precisão eu faço uma prece para quebranto. Aquele mesmo ali (Hercúles, grifo meu), ele estava com a arca caída, per aí que gente levanta é agora. Deus quando andou no mundo deixou tudo sagrado, arca e espinhela agora será levantada. Tanto pode ser para gente como roça ou animal (Dionísia, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).

A única coisa de roça que eu sempre uso quando eu planto feijão, mandioca, principalmente arroz e milho, eu uso um pedaço de mandacaru, umas fita vermelhas e um litro branco (cachaça, grifo meu) para o quebranto. Isso eu sempre uso em roça minha para tirar o olho gordo (Gildeon, morador da Comunidade do Salto I ou de baixo).

A cultura material é outro relevante campo de observação para que possamos compreender como os comunitários do Salto fazem uso dos recursos naturais de seu

território. Casas, ranchos, depósitos, giraus, vassouras, camas, colchões, canteiros, pilões, tapitis, fogões, fornos para a fabricação de farinha, currais para o gado, galinheiros, pocilgas para porcos, cabaças para armazenagem de água para o consumo, varais para a salga de peixes e carne de gado, cacimbas etc... são algumas dessas **engenhocas** que contribuem decisivamente para o funcionamento da vida no cerrado.

Nós começamos ela (casa, grifo meu) do barro mesmo, do adobe do chão. Nós fazemos uma forma, vamos pegar água para amolecer o barro, joga na forma aí ele (tijolos, grifo meu) já fica esquadrejado no adobe. A madeira nós tira é do brejo, do baixão. A madeira é a pindaíba, apa de baixão, apa de macaco. Usa para fazer os cabos, as travessas. Para fazer as varas, as ripas nós usamos a pindaíba e a pindaibinha. Para a cobertura nós usamos a palha da piaçaba. As vezes quando a gente não tem prego a gente usa a embira da sapucaia, chama cachimbeira também para amarrar no lugar dos pregos. A embira do buriti também é usada para isso, amarrar as varas nos cabos. Cada cabo daquele a gente desce e amarra (Gildeon, morador da Comunidade do Salto I ou de baixo).

Quando a gente não faz a casa de adobe a gente faz de taipa. Você finca os pau desenhando a forma da casa. Aí finca uns pau no meio que a gente chama enchimento, aí você vai amolecendo o barro. Pega pedra, pedaço de barro e você vai colocando. Você amolece o outro barro e vai preenchendo e vai botando um pau ali e outro aqui e vai enchendo (Gildeon, morador da Comunidade do Salto I ou de baixo).





Casas, pocilga para porcos, forno, vassoura.

Para torrar a farinha a gente finca quatro forquilhas igual aquele fogãozinho que você viu lá de barro, pega um rodo que é uma vara, tira um pedacinho de pau enfia ali no buraco e vai torrando até fazer a farinha. Quando ela estiver seca ela está pronta. Você chega e joga ela para lá e para cá no forno ela começa a chiar aí você começa a se animar que ela já está secando. Você já pode jogar na boca e experimentando um pouquinho e já pode ir tirando (Gildeon e Regina, moradores da Comunidade do Salto I ou de baixo).

A buritirana ela serve tanto para fazer a vassoura como também serve para a gente se alimentar. A palha do buriti ela cobre a casa, você pega o olho dele, sai uma fita, ela vai servir para fazer corda de rede. O pai (Esdras, o Vicentin, patriarca da Comunidade do Salto II ou de cima, grifo meu) dele (Henrique, o Fernando, morador do Salto II ou de cima, grifo meu) fez muito. Antes de eu aprender a fazer a corda cheguei a comprar na mão dele (Regina, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).

Minha mãe (Dionísia, matriarca da Comunidade do Salto I ou de baixo, grifo meu) fazia trança do olho do buriti e ensinou a gente. Tirava uns taco de pau botava umas travessas e fazia cama para a gente dormir. O nosso colchão era feito de capim agreste ou capim de vereda. Ela pegava um saco desses de fibra costurava e fazia aquele trem mesmo tipo um colchão cortava o capim para ele não embolar, era o nosso colchão de dormir (Regina, moradora da Comunidade do Salto I ou de baixo).





Pilão, cacimba, fogão e cabaça.

5. Danos Ambientais

Contaram os comunitários do Salto que além da perceptível diminuição da fauna e o desmatamento da flora do bioma cerrado no sul e sudoeste do Piauí – **MATOPIBA** - o uso de **agrotóxicos** (sem o devido controle e o não uso de tecnologias como as curvas de níveis) no combate as pragas que acometem as lavouras de soja vizinhas ao território, vem contaminando continuamente as águas do rio Uruçuí Preto, principal fonte de alimento e água potável para as famílias que habitam suas margens. Em tempos de pulverização das lavouras de soja e outros grãos realizada por meio de aviões, os resíduos que se acumulam no solo das fazendas localizadas no platô das Serras (a exemplo da Serra do Quilombo), na época das chuvas descem pela escarpa alcançando as águas do rio Uruçuí Preto, como também por conta da ação dos ventos atingem os comunitários, as casas e suas roças.

Além da perceptível mudança de tonalidade das águas do rio (fica turva avermelhada), os comunitários afirmam sentir um forte odor ao que comparam ao **cheiro de carrapato**, que este expele quando este inseto entende estar ameaçado por algum predador natural. O **refrigério** já comentado, a diminuição da população de abelhas inseto importante para o processo de polinização da flora, a proliferação de um espécie de um tipo de **capim que não é nativo do cerrado** e a **mosca branca**, praga que atacam e deixam doentes suas roças são outros aspectos perceptíveis aos comunitários sobre as condições atuais de seu ambiente.



Descarte de resíduos tóxicos de forma indevida, Fazenda Santa Clara, Serra do Quilombo.

Já há relatos de comunitários na região, principalmente aqueles que trabalham nas fazendas de soja e em contato direto com essas substâncias, da ocorrência de doenças de pele graves, enjoos, vômitos e tonturas por manipulação e inalação desses produtos tóxicos. Vale ressaltar que a comunidade do Salto não possui energia elétrica nem água tratada. A água potável que fazem uso vem direto do rio ou de poços que os comunitários a muito custo constroem nos terreiros de suas residências.

É evidente que o contato prolongado com as águas do rio nessas condições certamente causará danos à saúde das próximas gerações. Tais condições enfrentadas pelos comunitários do Salto é uma realidade também enfrentada em outras Comunidades Tradicionais que subsistem das águas do rio Uruçuí Preto, a exemplo das comunidades que constituem o Território das Melancias, Morro D'água e Vão do Vico. Não se tem dúvidas de que essa realidade vem impactando de forma negativa os modos viver, saber e fazer tradicionais. As fotos acima definem muito bem, o grau de vulnerabilidade que estão expostos os **Ribeirinhos-Brejeiros**.

Conclusão

Durante o estudo antropológico empreendido junto as comunidades do Salto I (ou de baixo) e Salto II (ou de cima), município de Bom Jesus-PI ficou comprovado, que os modos de saber, viver e fazer praticados por estes comunitários (que se autoreconhecem enquanto Ribeirinhos-Brejeiros) estão intrinsecamente relacionados ao ambiente que

habitam. Como dito anteriormente, a correspondência entre estações climáticas (seca e verde – verão e inverno), plantio, criação, pesca e caça expressam, a compreensão por parte dos comunitários de que o mundo humano não está de maneira alguma dissociado do mundo da natureza.

Mesmo que influenciados por transformações modernizantes, a exemplo do uso disseminado de celulares, da motocicleta e etc., a maior parte do que elaboram, constroem e consomem como meio de sustento advém, de um processo longo que mistura experiência e conhecimento sobre as potencialidades do bioma cerrado. Tudo que necessitam para subsistir se encontra em suas terras tradicionalmente ocupadas. Não por acaso, lutam politicamente pela regularização fundiária coletiva de seu território.

O estudo de parentesco (e a produção de quadros de genealogias) realizado por meio de entrevistas junto aos mais velhos de cada comunidade possibilitou, a compreensão da trajetória de fixação e ocupação do Território do Salto por esses grupos familiares. Ao que tudo indica migrações, matrimônios, apadrinhamentos e relações entre afins são os aspectos explicativos e característicos do sistema de parentesco praticado por estes comunitários.

O que foi possível constatar é que as famílias que residem atualmente na área objeto do Diagnóstico Técnico-Antropológico são originárias, de grupos sem-terra (Catingueiros) migrados da Bahia, por conta da seca que se abateu na região entre as décadas de 20 e 30 do século XX, de grupos de despossuídos que migravam sazonalmente de localidades vizinhas ao Salto e de grupos descendentes dos primeiros possuidores de terra no sul do Piauí, entre os séculos XVIII e XIX. Desse modo, os Ribeirinhos-Brejeiros do Salto compreendem que constituem uma mesma parentela e que compartilham um mesmo território.

As narrativas sobre grilagem de terras, por sua vez, nos informam sobre o processo de violência e expropriação territorial que os comunitários vêm sofrendo ao longo do tempo. Processos de desterritorialização, reterritorialização e disputas judiciais também explicam o modo de ocupação e a persistência em permanecer nas terras que “nasceram e se criaram”. Para tanto, descreveram com sabedoria as dimensões e os limites da área pleiteada para regularização coletiva, ou seja, “da casa dos caboclos a cerca de pedras” - “da cabeceira do Brejo do rio Uruçuí Preto seguindo contígua pelas áreas de chapada e vereda limitadas pelos Boqueirões da Burra, Cabeceira, Mangaba, Serra Grande, Serra do Quilombo e Morro do Papagaio”. Segundo o Pré-Geo e mapa elaborado pelo agrimensor a área total corresponderia a 2.692,7195 hectares.

Por fim, as tentativas de grilagem por meio do refrigério, do CAR, da contaminação pelo uso descontrolado de agrotóxicos (realizado por fazendas de soja e outras culturas vizinhas ao território no combate a pragas) dos recursos hídricos e o desmatamento do cerrado são exemplos, dos danos que contribuem para o processo de desestabilização do modo de organização tradicional praticado pelos Ribeirinhos-Brejeiros residentes do Território do Salto. A continuidade dessas ações compromete e muito, a subsistência e a permanência das gerações futuras nessas terras. Portanto, se faz urgente dos órgãos competentes a regularização fundiária coletiva das terras ocupadas tradicionalmente por estes comunitários.

Bibliografia

- ALMEIDA, A.W. B. Terras tradicionalmente ocupadas. Manaus: Ed. UFAM-PNSCA, 2008.
- ALVES, Vicente Eudes Lemos. Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses: Formação Territorial no Império do Agronegócio, Tese/Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana/Universidade de São Paulo-USP, 2006.
- AUGÉ, Marc. Os domínios do parentesco (Filiação, Aliança Matrimonial, Residência). São Paulo: Edições 70, 1975.
- BRASIL, Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1990.
- CAMPANHOLA, C.; LUIZ, A. J. B.; RODRIGUES, G. S. Agricultura e impacto ambiental. In: Simpósio sobre os Cerrados do Meio Norte, 1. 1997, Teresina. Anais. Teresina: EMBRAPA, CPAMN, 1997. p. 159 – 169.
- CAPOBIANCO, J.P. & ARAÚJO, A. V. (orgs.). Biodiversidade e proteção do conhecimento de comunidades tradicionais”. Documentos do ISA. São Paulo, Instituto Sócio Ambiental, no 2, 1996.
- CARNEY, Judith A. Arroz Negro: as origens africanas do cultivo do arroz nas Américas, Bissau-Guiné Bissau: IBAP, 2001.
- EVANS-PRITCHARD, E. E. Os Nuer. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1993.
- HAESBAERT, Rogério. Territórios Alternativos. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2002.
- HERCULANO, Selene & PACHECO, Tania. Racismo Ambiental. I Seminário Brasileiro contra o Racismo Ambiental, Rio de Janeiro: Editora Papel sem fim, 2006.
- GODOI, Emilia Pietrafesa. O Trabalho da Memória: cotidiano e história no Sertão do Piauí. Campinas-SP: Editora UNICAMPI, 1999.

- IBGE. Monografias Estatístico-Descritivas Municipais, Piauí, Imprensa Oficial, 1939.
- KLUCK, Erick Gabriel Jones. O trabalho vai para o brejo: mobilização migração e colapso da modernização. Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia, São Paulo, 2º ed., Abril Cultural, 1978.
- MACHADO JR. Edmundo Fonseca. Grilagem Verde no Cerrado: impactos sobre os territórios das Comunidades Tradicionais no sul do Piauí. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.
- _____ Diagnóstico Técnico Antropológico do Território das Melancia, Gilbués-PI, INTERPI, 2018.
- MACHADO, Paulo. As Trilhas da Morte: Extermínio e Espoliação das Nações Indígenas na Região da Bacia Hidrográfica Parnaibana Piauiense, Teresina-PI: CEDISCO, 2002.
- MONTEIRO, M. S. L. Ocupação do cerrado piauiense: estratégia empresarial e especulação fundiária. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – UNICAMP, Campinas, 2002. 227p.
- MORAES, M. D. C. de. Memórias de um sertão desencantado: modernização agrícola, narrativas e atores sociais nos cerrados do sudoeste piauiense. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – UNICAMP, Campinas, 2000. 472p.
- MULLER, Cíntia Beatriz & MACHADO JR. Edmundo Fonseca. Identidade e Interlegalidade: Diálogos possíveis entre o Local e o Judiciário. Revista Ambivalências vol.4, nº 7, p. 42 – 67, UFS, Sergipe, Jan-Jun/2016.
- NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo: PUC, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PITTA, Fábio Teixeira & VEJA, Gerardo Cerdas. Impactos da Expansão do Agronegócio no MATOPIBA: Comunidades e Meio Ambiente. ActionAid, Rio de Janeiro, 2017.
- WADDINGTON, May Telles R. O Processo de Territorialização de Gerações de Agricultores de Baixão, no Piauí. Ruris, vol. 7, nº 1, março, 2013.
- WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros, Parentes e Compadres: Colonos no Sul e Sitiantes no Nordeste. São Paulo-Brasília: Edunb, 199